



Anais da Assembléia

Nº 010

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 07.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991.
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troiano, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Crisóstomo, César Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Justus, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Alceu Swarowski, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, José Alves, Luiz Antônio Setti, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 005/91

Curitiba, 25 de fevereiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

dar nova redação ao art. 1º, da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, a fim de que faça jus à Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, além dos Professores mencionados no referido dispositivo, no artigo 1º da Lei nº 7.507, de 15 de outubro de 1981 e no artigo 10 da Lei nº 7.877, de 04 de julho de 1984, o pessoal em efetiva regência de classe em disciplinas de 5.^a a 8.^a séries do 1º Grau e 1.^a a 4.^a séries do 2º Grau e nos CELEM's - Centros de Línguas Estrangeiras Modernas.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração e em particular aos do ensino público. É que, conforme Resolução nº 3.546/86, de 15/08/86, da Secretaria de Estado da Educação, os Centros de Línguas Estrangeiras Modernas - CELEM's, foram criados com o objetivo de estimular e facilitar a variedade de opções individuais no aprendizado das Línguas Estrangeiras Modernas, com validade na escolarização regular dos estudantes de 1º e 2º Graus da Rede Pública Estadual. Este aprendizado é propiciado por professores que desempenham atividades idênticas às dos professores da grade curricular, ministrando aulas em turmas regularmente formadas. Para garantir o funcionamento dos CELEM's, em 1987, foram abertas no último Concurso Público para o Quadro Próprio do Magistério, cujas provas foram as mesmas dos candidatos às vagas da grade curricular.

Devido à deficiência de professores habilitados em Línguas Estrangeiras Modernas, deficiência esta resultante da histórica falta de estímulo à formação desses profissionais nas últimas décadas, a Resolução acima citada criou os CELEM's somente nos 22 Núcleos Regionais da Educação, num primeiro grande passo para a democratização do ensino no Estado, no que se relaciona a essa disciplina. No entanto, em seu Art. 3º, está claro que a Resolução visa implantar a possibilidade de oferta de opção nas grades curriculares de 1º e 2º Graus em todos, ou pelo menos na maior parte dos Estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual.

Considerando-se o exposto, entende-se que os benefícios fixados na Lei nº 8.934, de 26/01/89, devam ser estendidos aos professores dos CELEM's, uma vez que estes passam pelos mesmos processos de seleção e desempenham tarefas idênticas, em sala de aula, aos demais professores do Quadro

Próprio do Magistério que ministram aulas em disciplinas da grade curricular.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fará jus à Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, além dos Professores mencionados no referido dispositivo, no artigo 1º da Lei nº 7.507, de 15 de outubro de 1981 e no artigo 10 da Lei nº 7.877, de 04 de julho de 1984, o pessoal em efetiva regência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e 1ª a 4ª séries do 2º Grau e nos CELEM's - Centros de Línguas Estrangeiras Modernas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 006/91

Curitiba, 25 de fevereiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe

Ambulatório Médico do Hospital Universitário de Londrina.

Os recursos para o crédito proposto são provenientes de Operação de Crédito não prevista no orçamento, realizado com a Caixa Econômica Federal através do Fundo de Apoio e Desenvolvimento Social - FAS.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (hum bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, de acordo com o Anexo I.

Art. 2º - Servirá como recurso para o crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, oriunda de Operação de Crédito não prevista no orçamento, realizada junto à Caixa Econômica Federal, através do FAS, autorizada pela Lei Estadual nº 8.560, de 13 de outubro de 1987.

Art. 3º - Os recursos deverão ser aplicados em obras de construção do Ambulatório Médico do Hospital Universitário de Londrina.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo a que se refere o art. 1º

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I			FL01	
		ANEXO AO ANTEPROJETO Nº			CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FI	L D R	VALOR	N. DO PROC. COF.
0900	Chefia do Poder Executivo					
0907	Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico					
2063	Administração e Gerenciamento da Política de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	4130.00	20	L	1.160.155	0035
TOTAL					1.160.155	

sobre aprovação de crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado, no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00 (hum bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros).

O referido crédito, que suplementa o atual orçamento da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, será utilizado para construção do

À Diretoria Legislativa

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar a essa Presidência, o nome do Deputado DALTON MACHUCA, para nos termos regimentais, compor como suplente do Deputado COLOMBINO GRASSANO, a

Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do P.L.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 013/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que objetiva estender Gratificação de Responsabilidade Técnica prevista pela Lei n° 9.049, aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro da Procuradoria Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão plenária de amanhã dia 28/02, para que se proceda a instalação de todas as comissões técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 168

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituído uma Comissão Parlamentar Supra-Partidária, com a participação da Associação das Senhoras dos Senhores Deputados, com a finalidade de verificar e acompanhar a aflitiva situação dos Pronto-Socorros do Cajuru e Evangélico e Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, os quais prestam atendimento de emergência à toda população do Estado, inclusive às cidades limites de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Notícias vinculadas na imprensa da Capital, divulgam Nota Pública de esclarecimento, firmado pelos Diretores dos Pronto-Socorros de ambas as instituições, mostrando a diferença de valores entre o custo paciente é superior a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) e que a parcela da consulta, hoje fixada em Cr\$ 400,00 - destinado aos hospitais é de apenas cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), fato que vem acumulando deficits na ordem de Cr\$ 400.000.000,00 (qua-

trocentos milhões de cruzeiros).

Tal situação, levará a ruína os pronto-socorros que já vêm atendendo maior demanda em virtude da paralisação de atendimento por parte dos consultórios. Assim, participação política visando solução é necessária e urgente.

REQUERIMENTO N° 165

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, seja enviado expediente ao Sindicato dos Bancários de Apucarana e ao Senhor Marcos Watanabe, gerente do Banco América do Sul, Agência de Arapongas, solicitando ações imediatas no sentido de reintegração do funcionário Maurício Lopes Grejo, demitido injustamente.

De acordo com o artigo 8° da C. F. "é livre a associação profissional ou sindical" e no seu inciso VIII deixa claro que "é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical"..., e nós temos conhecimento que Maurício Lopes Grejo seria candidato às eleições sindicais que se aproximam, se não fosse demitido a pedido do Senhor Alício Fernandes Gracioli, diretor do Sindicato dos Bancários daquela Cidade. E repudiamos o ato de tal diretor, pois isto é falta de ombridade para um dirigente sindical.

Requer, seja dada ciência do presente ao Sindicato e ao Banco acima citados.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DR. ROSINHA

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais, solicitam seja aprovado o seguinte expediente:

É muito preocupante o comportamento da Fundação Cultural Espírita Paraná-Santa Catarina, pois nos últimos anos tem esta entidade demitido inúmeros professores. Esta preocupação é redobrada ao sabermos que são profissionais competentes e comprometidos com a realidade brasileira, e que estas demissões representam a perda da qualidade do ensino de tal instituição. Nós repudiamos tal ato porque é de total desrespeito a Constituição Federal (direitos coletivos e individuais) já que alguns deles são membros das associações sindicais tendo portanto, estabilidade sindical assegurada pela Constituição Federal e acima de tudo, desrespeito a dignidade humana e ato de opressão ao livre pensamento e opinião política.

Em anexo, enviamos a lista dos demiti-

dos que exigimos a imediata reintegração ao serviço.

REQUEREMOS ainda, seja dada ciência do presente ao Senhor Octávio Melchiades Ulussea, Diretor Presidente da Fundação Cultural Espírita Paraná-Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DR. ROSINHA

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

PROFESSORES DEMITIDOS

1. Luís Antônio Sipriano
2. Antonita Macchioni
3. Elza Maria Campos
4. Manoel Nunes da Silva Neto
5. Estevão Antônio de Sousa
6. Terezinha Gonçalves
7. Márcia Teresinha Steil
8. Nádia Cristina Moreira
9. Silmara do Rocio Schemberg Tomazoni
10. Mônica Kellermann Pereira
11. Silvana Polatto

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 032/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de TEREZA CRISTINA, desmembrado do Município de Cândido de Abreu, com limites e confrontações do atual Distrito, a saber:

"Confluência do Rio Barra do Doutor com o Rio Ivaí, sobe por este até a Serra da Prata; deste ponto, em linha reta e seca (Divisa Intermunicipal com Reserva), até a altura do Rio Barra Grande; sobe por este até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca até a Estrada Cândido de Abreu-Ponta Grossa; segue por esta até a nascente do Rio dos Índios; desce por este até o Rio Ivaí; desce por este até o ponto inicial."

Perímetro Urbano:

"Tem como ponto inicial e final a Foz do Arroio Lava-Pés no Rio Ivaí. Do ponto inicial sobe pelo Arroio Lava-Pés até a sua nascente; deste ponto em linha reta e seca até a Estrada para Cândido de Abreu-Ponta Grossa; segue por esta até o Rio Ivaizinho; desce por este até o Rio Ivaí; desce por este até o ponto inicial."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 033/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VICE-PREFEITOS DO PARANÁ - VICEPAR, com sede e foro consoante disposição estatutária.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DOS VICE-PREFEITOS DO PARANÁ - VICEPAR, é entidade civil, de duração indeterminada, de âmbito estadual, fundada no dia 23 de setembro de 1989, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com o objetivo de congregar todos os vice-Prefeitos dos municípios do Estado do Paraná.

Dentre suas finalidades, é importante destacar o desenvolvimento do espírito associativo entre as representações populares que militam nos órgãos públicos municipais e a realização permanente de estudo dos problemas sociais e econômicos dos municípios, atividade do mais direto interesse da população em geral.

A atuação da VICEPAR nos seus primeiros dois anos de atividades, resultou em importantes conquistas, principalmente no tocante à definição da figura política e administrativa do vice-Prefeito.

Assim e considerando o trabalho resultante em favor dos interesses da coletividade - em se tratando de administradores públicos - acreditamos ser importante o apoio do Poder Público, mui especialmente, desta Assembléia Legislativa.

São as razões do Projeto.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 031/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída, na forma da Constituição do Estado, a Microrregião de PITANGA, constituída dos Municípios de: Palmital, Nova Tebas, Turvo, Altamira do Paraná, Santa Maria do Oeste.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa em tela almeja dotar Pitanga e Municípios circunvizinhos, identificados por afinidades sócio-cultural-econômicas, das efetivas conquistas da urbanização planejada e auferir políticas de desenvolvimento consentâneas ao incremento do bem estar das comunidades que sediam,

tão ligadas por interesses comuns e pelo propósito de desenvolverem-se harmoniosamente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje fazemos uso da palavra para abordar uma questão muito séria que tem ocorrido no nosso Estado. Num momento de crise econômica violenta, de recessão e de desemprego, os patrões do nosso Estado, bem estabelecidos economicamente, têm se pautado pela demissão de trabalhadores. Demissões essas únicas e exclusivamente caracterizadas por perseguição política e não por falta de capacidade técnica do demitido. Recentemente, foi demitido um companheiro bancário da cidade de Arapongas, funcionário do Banco América do Sul, única e exclusivamente porque participou de uma Assembléia daquela categoria reivindicando seus direitos que já estão reservados na Constituição Federal. E ainda recentemente, a Fundação Espírita Cultural Paraná-Santa Catarina, demitiu cerca de onze professores, com uma única alegação: são de partidos que não o do dono da Fundação.

A Constituição Brasileira reserva a liberdade de pensamento, a liberdade de organização sindical e a liberdade de livre manifestação. Mas esses patrões retrógrados que jogam com atraso, que jogam com a destruição da cultura e da educação, continuam demitindo professores sérios, competentes e comprometidos com a transformação social do nosso País, porque o banco escolar simplesmente para enfiar (?) na cabeça do aluno e colocar dentro dele números e apostila, isso para nós não é educação.

Educação é realmente fazer com que o aluno interprete a realidade em que vivemos, e que se essa realidade não for condizente com sua consciência, lute para transformá-la. Esses professores eram comprometidos com esse tipo de educação, a educação que ensina o aluno a pensar, que aprende com o aluno e que juntos trocam experiências e faz com que adquiram consciência e conhecimento e troca de saber. Não adianta o Ministro da Educação, não adianta o Governo Collor dizer que teremos duzentos dias letivos no ano, porque isso não é qualidade; qualidade é comprometimento com a realidade. Não adianta aumentar os dias letivos e simplesmente não mudar a pedagogia, a metodologia de ensino e até mesmo o que se ensina, porque as nossas apostilas só ensinam um lado da história, o lado do vencedor, e o aluno e

qualquer pessoa que vai para uma escola para poder aprender e interpretar os dois lados, vai para ter consciência, porque simplesmente aprender para continuar obedecendo, para ser única e exclusivamente trabalhador assalariado, sem lutar pelos seus direitos, esse tipo de ensino não interessa a nós.

Esse desrespeito à organização sindical no nosso entender, é um desrespeito aos direitos humanos e parece que no País e no Paraná o desrespeito aos direitos humanos é muito comum e normal.

Ainda na semana passada, ao denunciar e pedir uma CPI na área de saúde, não levou 24 horas e recebi um telefonema anônimo ameaçando e pedindo para calar a boca, porque se não calasse, poderia não chegar até o fim do mandato. É essa liberdade de expressão, liberdade de organização e a liberdade política de pensar e exercer nossos atos políticos; é isso que a Bancada dos Trabalhadores reivindica e exige que isso seja cumprido, e por isso nós apresentamos dois requerimentos para serem submetidos à apreciação dos Senhores Deputados, onde reivindicamos o direito de cumprimento da Constituição Brasileira, o direito à educação, o direito à liberdade de pensar e se organizar, visando a transformação e mudança para um mundo melhor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Nós gostaríamos de registrar na tarde de hoje, a satisfação que tivemos de, no período da manhã, numa das dependências desse Legislativo, realizarmos a primeira reunião do Bloco Parlamentar Agropecuário, da presente Legislatura.

Nós que, ao longo desses 4 anos, pela vontade dos colegas Parlamentares que tivemos, o privilégio de conduzir, na condição de coordenador, esse bloco, procuramos através dessa primeira reunião, esclarecer aos Deputados que chegam à Assembléia Legislativa nesse ano, de quais são as finalidades, a razão pela qual se criou na Assembléia, esse bloco.

E tivemos o privilégio de, na reunião primeira desse ano, contar com a presença de 15 dos Senhores Parlamentares, das mais diversas bancadas, que lá compareceram para emprestar em primeiro lugar, a sua solidariedade a esta causa tão justa e nobre do nosso Estado, que é a agropecuária.

Fizemos um relato, mesmo que sucinto, daquilo que se fez ao longo desses 4 anos. Quais foram as nossas atividades? Atividade

des todas elas enfocando em especial a questão política, a questão econômica, que muitas vezes se desenvolve a favor ou contra a agropecuária desse Estado e do País.

Falamos das reuniões que fizemos em Porto Alegre, Florianópolis, Brasília, São Paulo; falamos das viagens de trabalho, dos "forums", das mesas redondas, dos seminários que fizemos acontecer no interior do Estado do Paraná, em mais de uma dezena de cidades, e, deixamos a palavra para que os Senhores Parlamentares se manifestassem acerca da continuidade desse instrumento que existe dentro do Poder Legislativo e, como dissemos, tem por finalidade principal, trazer no dia-a-dia perante este Plenário, às autoridades constituídas do País, as questões ligadas às ações políticas e econômicas que se desenvolvem contra ou a favor da agropecuária.

E muitos temas foram lá lembrados, como: a questão da pequena propriedade, da citricultura, da sericicultura, a problemática toda que envolve o café, a questão da tributação em cima dos produtos agropecuários, a questão, enfim, daquilo que acontece na agropecuária paranaense.

E de pronto decidiu-se pela continuidade do bloco, e pela vontade dos companheiros que lá estavam, fomos designados para continuarmos coordenando esse mesmo bloco, e por sugestão do Deputado Albino Corazza, já na próxima semana, quarta ou quinta-feira, dependendo da agenda daqueles que serão convidados por nós, estaremos iniciando reuniões semanais, do Bloco Parlamentar Agropecuário, sempre num dos Plenarinhos desta Casa, ou se necessário, nesse Plenário, para iniciarmos a discussão da Lei Agrícola do Estado do Paraná.

Numa primeira hora, estávamos imaginando discutir a Lei Agrícola Nacional, que foi aprovada e vetada posteriormente, reformulada e estragada ao final, mas, depois nos lembramos que na nossa Constituição consta um Dispositivo de que temos um prazo para escrevermos a Lei Agrícola Estadual.

Então, já a partir da semana que vem, quarta ou quinta-feira, estaremos discutindo, através do Bloco Agropecuário e da Comissão de Agricultura desta Casa, a Lei Agrícola Estadual, e queremos contar com a presença dos Senhores Parlamentares, não apenas daqueles que lá compareceram hoje, ou os que se fizeram representar por suas assessorias especializadas, mas queremos sim a presença majoritária dos Senhores Deputados, porque no Paraná, ainda, a agropecuária é majoritária dentro dos assuntos de interesse do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência congratula-se com a manu-

tenção do Bloco Agropecuário desta Casa, que trouxe grandes resultados no Legislativo passada, e também pela indicação, mais uma vez, de Sua Excelência o Deputado Orlando Pessuti.

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, o Deputado Algaci Túlio, inscrito, abre mão do uso da palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento)

Senhor Presidente, gostaria de registrar nos Anais desta Casa, e eu tenho certeza de que esta é vontade dos 54 Deputados, a eleição realizada ontem da nova Diretoria do Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, desejando aos integrantes muito trabalho e que nos ajude nessa caminhada durante os 4 anos.

O Presidente: Antônio Carlos Lacerda.

O 1º Secretário: Vilmar Sauner.

O 2º Secretário: Luiz Fernando Feder.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência também congratula-se com essa eleição, e deseja aos integrantes do Comitê de Imprensa, uma atuação das mais profícuas durante esta gestão.

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente e nobres Deputados.

O Jornal "Gazeta do Povo" edição de hoje, traz uma matéria preocupante. Preocupante, certamente, para todos nós, especialmente para a população mais carente da nossa região metropolitana de Curitiba e do Paraná. É com respeito a situação do Pronto Socorro e Hospital Cajuru e também do Hospital Evangélico.

Imaginem, Senhores Deputados, se o Hospital Cajuru, se o seu Pronto Socorro, vier a concretizar a notícia do Jornal com o seu fechamento, da mesma forma que o Hospital Evangélico. Eu pergunto aos ilustres Deputados, como ficará a saúde do nosso povo, principalmente dos mais pobres, e especialmente dos acidentados. O Hospital Cajuru e Evangélico, não só atendem os paranaenses, mas também cidades do Estado de Santa Catarina. As Diretorias destes hospitais fazem um apelo às autoridades constituídas do Estado, e essas autoridades, meus prezados Companheiros, são na verdade nós, os Deputados. Nós não po-

demos admitir, em hipótese alguma, que notícia como esta seja advogada e que aconteça o fechamento destes prontos socorros sem a participação decisiva dos Deputados.

Assim sendo, é que, através de um requerimento, solicitamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente desta Casa, que designe uma comissão de Deputados, na minha opinião, pelo menos um de cada partido, para que vá "in loco" conversar com as direções destas casas de saúde e aqui na Assembléia seja levantada uma proposição para ser encaminhada ao Governo do Estado, ao Governo Federal, à Prefeitura de Curitiba para que, em hipótese alguma esses prontos socorros do Cajuru e do Hospital Evangélico sejam fechados.

Eu gostaria, Senhor Presidente, que não se demorasse a criar esta comissão, porque o povo do Paraná vai tomar conhecimento do desespero daqueles que necessitam desse apoio e os Deputados têm aqui a grande oportunidade de mostrar ao Paraná que a Assembléia, constituída pelos Deputados, é realmente o órgão e a Casa onde se deve debater.

Por isso, Senhor Presidente, eu espero que o Plenário aprove este requerimento e que seja constituída essa comissão de imediato e que amanhã mesmo ou depois de amanhã, que os Deputados visitem essas casas de saúde e que levem uma solução desta Casa ao Governo do Estado, para que o Governador, de imediato, juntamente aos órgãos federais tragam uma solução, porque nada mais triste do que um acidentado não ter um médico de plantão e um pronto socorro para atendê-lo.

Outro assunto, Senhor Presidente, ilustres Deputados é esse problema que está à frente da Prefeitura de Curitiba. O problema da moradia. Fui visitado em meu gabinete, por uma comissão destes cidadãos, eles estão alguns ocupando espaços de terrenos invadidos, uma cidade, um município tão pequeno como o de Curitiba, é realmente vergonhoso de que a Prefeitura não tenha, através de soluções democráticas, desapropriado oficialmente essas áreas e ali investir recursos para que uma cidade que é a Capital do Estado, não tenha esse problema de no decorrer desses dias mil famílias estejam ameaçadas de lá chegar a polícia e os tirar daquela pequena casa que ocupam.

Também seria covardia nossa criticarmos somente o Prefeito de Curitiba, porque todos nós sabemos que a Prefeitura de Curitiba representa uma cidade que não é um município comum. Curitiba agrega a todos os paranaenses e muitos para cá vêm porque se trata da Capital do Estado.

A Prefeitura de Curitiba na verdade não tem recursos necessários para fazer frente a esse problema que está na sua

porta, em frente a Prefeitura. A nossa solução é o encaminhamento que estamos fazendo ao Senhor Prefeito de Curitiba, que dê oportunidade a que os Deputados se juntem a esse problema que é de todos nós, que é um problema também do Governador do Estado, porque sabemos que sem recursos do Governo do Estado não poderemos resolver os problemas de moradia e solucionarmos isso através da Assembléia. É mais uma participação que o povo tem a exigir dos Deputados.

Qual seria a solução? Nós estamos aqui, com o nosso requerimento encaminhando ao Prefeito de Curitiba, que ele faça uma proposta e que essa proposta venha para à Assembléia e que aqui seja analisada junto aos órgãos do Governo do Estado, para que, o Governo do Estado, através de suas Secretarias competentes esboce um plano, para de uma vez por todas resolvermos o problema da Capital do Estado, resolvermos o problema da moradia dentro de Curitiba e Região Metropolitana.

Alguns Deputados aqui, principalmente os Deputados da outra Legislatura, devem estar pensando que nos seus municípios foram construídas, levantadas casas pela COHAPAR, no entanto aqui na nossa Região Metropolitana que é da responsabilidade da COHAB, em seis anos que fui Prefeito eu e os meus companheiros Prefeitos da Região Metropolitana, não conseguimos erguer uma casa através da COHAB. A COHAB na verdade não atende a Região Metropolitana e para resolvermos o problema de saneamento e todos os problemas que existem nesta Cidade, principalmente o de moradia, nunca será resolvido sem a participação dos quatorze municípios da Região Metropolitana.

Por isso eu faço em apêlo aqui, ao Senhor Presidente, até mesmo de estudarmos um pedido ao Senhor Governador do Estado, esqueçam a COHAB, que se faça um plano todo ele integrado à região de Curitiba pela COHAPAR, porque aí sim, essas famílias que estão invadindo, hoje, as pequenas áreas de Curitiba, já teriam um tratamento melhor, um tratamento mais adequado, aos municípios que integram a Região Metropolitana.

Por isso eu faço um apêlo, Senhor Presidente, ao Prefeito de Curitiba, que receba essa comissão que está na Prefeitura e que diga à comissão que está na Prefeitura que ele está encaminhando uma proposta à Assembléia e que esta, junto aos órgãos do Governo do Estado vai solucionar, pelo menos dar uma solução técnica e política dentro de 30 dias, para que hoje, mesmo esse pessoal que ali está em busca de um espaço, que saiam da frente da Prefeitura e que vão para suas casas e que daqui 30 ou mais dias venham até a Assembléia esperar uma solução de uma proposta conjunta

entre a Prefeitura de Curitiba, Assembléia Legislativa e Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra a Liderança do Pl.

Liderança do PT. Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, quero inicialmente cumprimentá-lo por estar na Presidência desta Casa. É uma grande honra para todos nós, ainda mais conhecendo a postura democrática e a grande sensibilidade política e social de V.Exa.

Senhores Deputados, gostaria inicialmente de dirigir um apelo ao nobre Deputado Algaci Túlio para que intercedesse junto ao Prefeito Jaime Lerner, figura tão conceituada neste Estado como administrador para que procurasse encaminhar uma discussão com aquele movimento que se encontra defronte à Prefeitura, dos sem-teto, para que possamos começar a mostrar os homens públicos, principalmente, através de atos concretos, encaminhar soluções para os graves problemas sociais da nossa sociedade.

Eu quero, com muita satisfação informar aos Senhores Deputados que hoje, nós estamos exatamente, dispondo de vinte assinaturas na Emenda que estamos apresentando à Constituição do Estado, revogando o Parágrafo 5º, do Artigo nº 85, da Constituição que trata da aposentadoria dos Governadores. Eu tenho certeza que esta Emenda passará por unanimidade neste Plenário e iremos assim, aqui, começar nesta Casa a dar satisfações concretas ao povo do Paraná que exige tanto, exige moralidade pública principalmente. Também eu gostaria de registrar aqui que, hoje, lendo os jornais podemos também com satisfação constatar que o Governador do Estado está requerendo a sua exclusão dos quadros de aposentados do IPC, que é o Instituto de Previdência do Congresso Nacional. Eu digo isso com satisfação porque há poucos dias atrás ocupamos esta Tribuna e mostramos algumas incoerências na posição do Governador que dizia estar prestes a ingressar e, com uma ação arguindo a inconstitucionalidade do FEPPA. Foi então que mostramos que o Governador teria ajudado a criar esta Lei, que o Governador não vetou esta lei quando houve a extinção do FEPPA e a responsabilidade pelo pagamento desse benefício passou ao Tesouro do Estado, e principalmente mostramos a contradição de que o nosso Governador era também aposentado pelo similar do Congresso Nacional. Então quando nós vemos uma declaração dessas, ainda mais somando-se ao fato de que no dia 3 de

junho de 1989, o Governador naquela ocasião defendia inclusive o FEPPA, defendia esses institutos de aposentadoria dos Parlamentares e dizia o seguinte, inclusive, declaração do Governador: "Este é o tipo de pensão legítima e moral", dizia ele sobre o IPC, e mais adiante diria mais ainda: "Seria um idiota se não requeresse um direito adquirido", palavras do Governador em 1989. Quando hoje, vemos a posição do Governador Álvaro Dias no sentido de que reconheceu essa incoerência, teve a humildade de reconhecer esse erro, eu acredito que todos nós estamos submetidos, ainda mais nós que exercemos uma função pública, que tratamos de temas da maior complexidade em situações muito vastas, nós podemos incorrer em erro sim, e podemos inclusive ter posições equivocadas.

E o que nos chamou a atenção hoje, foi o fato de o Governador reconhecer publicamente, fazer uma autocritica e pedir a sua retirada do IPC. Eu vejo aqui pela notícia que o Governador pede inclusive que lhe sejam restituídas àquelas contribuições que ele fez quando Deputado Federal e Senador. Obviamente que o Governador, neste mesmo Requerimento - tenho certeza, embora a nota não diga - está pedindo para descontar desses haveres que ele está requerendo do IPC aquilo que ele tem recebido até agora como aposentadoria. Obviamente eu tenho certeza que o Governador deve ter tomado esse cuidado, afinal de contas nos parece, está procurando trilhar pelo caminho da coerência, pelo caminho da verdade, como ele mesmo tem dito.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta colocação inicial, para nós, foi no sentido de procurar fazer com que todos os Deputados, principalmente os mais antigos fizessem uma reflexão sobre a atitude do Governador Álvaro Dias que nos deu um exemplo hoje, a ser seguido. E eu quero aqui fazer um apelo, principalmente aos Deputados que atualmente estão recebendo pensões pagas pelo Tesouro do Estado, alguns com 4 anos de mandato, outros com mais, é verdade, muito mais na vida pública, toda dedicada a este Estado, que seguissem o caminho do Governador Álvaro Dias e requeressem também a sua retirada do rol de aposentados precoces que nós temos aqui no nosso Estado, ex-Deputados e Deputados.

Não fica bem, e eu tenho visto nessas listas de aposentados cidadãos que não têm sequer um fio de cabelo branco e já são aposentados, alguns deles ganhando 400 mil, outros até salários integrais do que recebem os Deputados, hoje. Numa situação em que o nosso País enfrenta de norte a sul, em todas as unidades, do Governo Federal, Estadual e Municipal, uma degradação completa do serviço público, não temos

verbas para a Educação, não temos verbas para Saúde, os salários dos servidores arroxados, não temos programas sérios de habitação popular, num momento desses com essa grave crise social que estamos vivendo, eu entendo que devemos dar o exemplo, aqui nesta Casa, porque eu tenho a certeza que a grande maioria dos Deputados, que hoje estão aposentados pelo FEPPA, não precisam desses recursos para sobreviver.

Então, é esse o apêlo - concluindo, Senhor Presidente. Nós já temos uma ação de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal ajuizado. Vamos esperar que essa ação seja julgada procedente e que os Deputados sejam compulsoriamente constrangidos a devolver aos cofres públicos aquilo que receberam que entendemos ser indevido.

Então, faço aqui um apêlo para que sigam o exemplo do Governador Álvaro Dias e peçam a exclusão todos os Deputados, os atuais e os ex-Deputados que constam dessa lista de aposentados, do FEPPA.

Era isso, Senhor Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Consultamos à Liderança do PFL.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PTB.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PRN.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PSDB.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PMDB.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PSB.

DECLINA.

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do P.L., indicando o nome do Senhor Deputado para compor como suplente da Liderança, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.- À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão plenária do dia 28 de fevereiro do

corrente ano, para que se proceda a instalação de todas as comissões técnicas da Casa.- Aprovado.

Teríamos cinco comissões que seriam feitas as eleições pela manhã e mais oito comissões no período da tarde. Estas eleições, se houver sessão, iriam ocorrer concomitantemente com a sessão. Coloco aos Senhores Deputados a decisão com relação à suspensão da sessão de amanhã.

Convocamos os Líderes para averiguar se concordam com a suspensão da sessão de amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, concordamos com a propositura do Deputado Erondy Silvério. Pedimos para encaminhar a votação para fazer um apelo aos demais líderes para que tão logo terminemos esta sessão, possamos dar prosseguimento à reunião que ficou interrompida no dia de ontem e que ficou programado para hoje fazermos uma nova rodada de conversações, um novo encontro, para que possamos ajustar as questões ligadas à presidência e vice-presidência das comissões.

Estamos de acordo com o requerimento e apelamos também às demais bancadas que votem a favor, para que amanhã possamos eleger os presidentes das comissões e os vices.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Valdir Possoni, líder do PRN, também concorda?

O SR. VALDIR ROSSONI - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Erondy Silvério, que é o subscritor do requerimento...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não quero divergir da postura da Mesa, mas o meu requerimento foi dirigido ao Plenário e não às lideranças. Peço que V.Exa. coloque em votação o requerimento. Se aprovado, tudo bem. Se rejeitado, é arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Procede sua questão de ordem.
Os Senhores Deputados que aprovam o

requerimento encaminhado à Mesa pelo Deputado Erondy Silvério, pedindo a suspensão da sessão de amanhã para que se possam fazer as eleições das comissões internas, permaneçam como estão. APROVADO.

Não haverá sessão plenária no dia de amanhã.

Informamos que às dez horas da manhã teremos a eleição para a Comissão de Finanças. 10:30, a Comissão de Orçamento. 11:00, Comissão de Educação. 11:30, Comissão de Obras. 11:45, Comissão de Agricultura.

Período da tarde: 13:30 horas, Comissão de Redação. 14:00 horas, Tomada de Contas. 14:30, Turismo. 15:00, Terras, Imigração e Colonização. 15:30, Comissão de Segurança Pública. 16:00, Comissão de Saúde Pública. 16:30 horas, Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. 17:00 horas, Comissão de Fiscalização.

Cada um dos Senhores Deputados receberá a comunicação com o respectivo horário de cada uma das comissões.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 150, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 168, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 165, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, constante do expediente. Em votação.

A Presidência da Assembléia e o próprio Regimento não permitem que entremos em problemas da área privada. Fazemos uma sugestão à Bancada do PT para que faça um requerimento em forma de apelo a esta Casa, então, a Mesa recebe.

Faça um requerimento em forma de apelo. Entendido, Deputado Florisvaldo Fier? Encaminhe-se na forma de apelo.

Requerimento de n° 166, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, constante do expediente. Em votação.

Este Deputado, na qualidade de Presidente em exercício da Assembléia Legislativa e como Vice-Presidente da Associação de Vice-Prefeitos do Paraná, tem a honra de comunicar e convidar todos os Senhores Parlamentares, na próxima sexta-feira, dia 1° de março, às 19 horas, no Plenarinho desta Casa, do Segundo Congresso Estadual dos Vice-Prefeitos do Paraná.

Estão confirmadas as presenças dos Senhores José Geraldo Desotti, Vice-Prefeito da Cidade de Tambaú, e Presidente da Associação dos Vice-Prefeitos do Estado de São Paulo; e do Senhor Antonio Leopoldino, Secretário Especial para Assuntos Municipais da Presidência da República.

Haverá também a eleição para a Presidência e para os cargos da Associação dos Vice-Prefeitos do Estado do Paraná. Encaminhe-se em forma de apelo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

Instalação das Comissões Técnicas.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N° 058/91

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

conceder enquadramento de acordo com o Art. 25, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, no cargo Outros Cursos NU-5, Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a ROSEMARY VIEIRA DE ALMEIDA, R.G. n° 1.317.966-2, cargo de Professor Classe "E", nível "5", PP04-76, do Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Estado da Educação, ora à disposição deste Poder.

(Protoc. n° 9648, de 26.10.89)
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.01.91.

(a) ANIBAL KHURY - Presidente
(a) TADEU LÚCIO MACHADO - 1° Secretário
(a) WERNER WANDERER - 2° Secretário